

Educação do Campo, das Águas e das Florestas na Amazônia Paraense: perspectivas e desafios para uma educação contextualizada e emancipatória

Paraense Amazonians: perspectives and challenges for kick-ass education, man.

Ronaldo dos Santos Leonel
Andréia de Oliveira Castro
Jacirene Vasconcelos de Albuquerque
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará-Brasil

Resumo

Este artigo aborda a importância da educação para os povos do campo, das águas e das florestas na região da Amazônia Paraense, com foco na valorização dos saberes locais e na promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas. As discussões abordam a relevância de uma educação contextualizada e emancipatória, que respeite a diversidade cultural e considere as particularidades do campo e da floresta. O reconhecimento dos saberes locais é destacado como ponto de partida para o aprendizado nessas comunidades, possibilitando uma educação contextualizada e significativa. Nessa abordagem, a escola se caracteriza como um espaço de diálogo e troca de experiências, valorizando a cultura e o saber popular como fundamentais para a construção do conhecimento. No entanto, são discutidas as críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo, que muitas vezes aliena os estudantes de suas realidades e desconsidera suas culturas. Para superar esses desafios, são apresentados os avanços conquistados por meio da luta dos movimentos sociais, especialmente os sem-terra, enfatizando a importância de iniciativas como a Licenciatura em Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Diversidade Cultural; Saberes Culturais; Currículo.

Abstract

This article addresses the importance of education for rural, water and forest people in the Amazon region of Pará, focusing on valuing local knowledge and promoting the sustainable development of rural communities. The discussions address the relevance of a contextualized and emancipatory education, which respects cultural diversity and considers the particularities of the countryside and the forest. The recognition of local knowledge is highlighted as a starting point for learning in these communities, enabling contextualized and meaningful education. In this approach, the school is characterized as a space for dialogue and exchange of experiences, valuing culture and popular knowledge as fundamental for the construction of knowledge. However, criticisms of the current curriculum model imposed on the field are discussed, which often alienates students from their realities and disregards their cultures. To overcome these challenges, the advances achieved through the struggle of social movements, especially the landless, are presented, emphasizing the importance of initiatives such as the Degree in Rural Education.

Keywords: Rural Education; Cultural diversity; Cultural Knowledge; Curriculum.

1 Introdução

A Amazônia Paraense é uma região de singular riqueza cultural e ambiental, habitada por diversos povos que têm na relação com o campo, as águas e as florestas a base de suas identidades e modos de vida. Nesse contexto, a educação se apresenta como um pilar fundamental para o fortalecimento dessas comunidades e para a preservação de suas tradições milenares (Vasconcelos *et al.* 2017).

No entanto, a educação voltada aos povos do campo, das águas e das florestas vai muito além do ensino formal de conteúdos acadêmicos. Ela desempenha um papel essencial na mediação, comunicação e perpetuação dos saberes tradicionais, conhecimentos ancestrais e valores culturais específicos dessas populações. É através desse aprendizado que se forja a identidade de cada indivíduo em sua comunidade e que se estabelece uma conexão íntima e respeitosa com a natureza que os cerca (Vasconcelos *et al.* 2017).

Ao longo da história, as comunidades amazônicas paraenses têm encarado uma série de desafios significativos no âmbito da educação. Um exemplo emblemático é a região ao longo da Rodovia Transamazônica-Xingu, onde comunidades enfrentam obstáculos como a falta de acesso a recursos educacionais e a carência de infraestrutura adequada nas escolas do campo. Além disso, a escassez de investimentos compromete diretamente a qualidade do ensino, afetando a disponibilidade de materiais didáticos, tecnologias educacionais e instalações apropriadas (Meneses; Gomes, 2020). Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de ações que promovam igualdade educacional e melhorem as condições de aprendizado nessas comunidades.

O modelo de currículo frequentemente adotado, distante e padronizado, demonstra uma inclinação em favor da realidade urbana, negligenciando as características específicas das comunidades amazônicas paraenses. Esse padrão educacional, muitas vezes desenhado sem considerar os nuances culturais e ambientais dessas regiões, contribui para a marginalização dos saberes locais (Vasconcelos *et al.*, 2017). Ao focar em conteúdos que não refletem a realidade vivida por essas comunidades, o currículo descontextualizado resulta em uma educação que não atende às necessidades locais e não valoriza os conhecimentos tradicionais. Esse descompasso perpetua um ciclo de exclusão e alienação, ressaltando a importância de currículos mais sensíveis às diversidades culturais e alinhados com as realidades específicas dessas comunidades.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível discussões sobre alternativas para promover uma educação contextualizada e emancipatória, que respeite a diversidade cultural e valorize os conhecimentos tradicionais dos amazônidas paraenses. Através desse enfoque, é possível potencializar a inclusão social, fortalecer a identidade das comunidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a importância da diversidade cultural na construção dos saberes das comunidades do campo, das águas e das florestas na Amazônia Paraense. Para além, discutir o modelo de currículo atualmente imposto para escolas do campo, refletir sobre os limites e os avanços conquistados, por meio da luta dos movimentos sociais, com destaque para a Licenciatura em Educação do Campo e outras iniciativas relevantes.

O artigo está organizado em seções, visando a exploração de aspectos relacionados à educação dos povos e comunidades da amazônicas paraenses. A seção 1 "Introdução" caracteriza em linhas gerais os objetivos e as discussões desenvolvidas no corpo do artigo. A seção 2 enfoca o "Respeito à diversidade cultural na construção dos saberes dos povos da Amazônia Paraense", abrangendo os subitens 2.1 "Valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante da educação dos povos e comunidades do campo" e 2.2 "Inclusão dos saberes culturais na educação para os amazônidas". Em seguida, a seção 3 aborda as "Críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo", desdobrando-se em 3.1 para discutir os "Problemas e consequências da imposição de um currículo descontextualizado". O tópico 4 destaca os "Avanços através da luta dos movimentos sociais", com a subdivisão 4.1 explorando as "Características e particularidades da região amazônica paraense em relação à educação do campo". Por fim, a seção 5 apresenta as "Considerações finais", com síntese e reflexão sobre as discussões desenvolvidas ao longo do artigo.

2 Respeito à diversidade cultural na construção dos saberes dos povos amazônidas

O reconhecimento das diferentes culturas presentes nas comunidades do campo, das águas e das florestas da Amazônia Paraense é um elemento primordial para o fortalecimento da identidade e a preservação dos saberes ancestrais desses povos únicos e diversificados. Nessa vasta região, onde a natureza exuberante se mescla com a riqueza cultural, as

comunidades amazônicas resguardam tradições milenares que são intrinsecamente ligadas à relação harmoniosa com o ambiente ao seu redor (Vasconcelos *et al.* 2017).

As comunidades do campo, habitantes dos vastos territórios agrícolas e rurais, têm uma profunda conexão com a terra que cultivam e com o ciclo da natureza. Suas práticas agrícolas tradicionais, baseadas no conhecimento socializado de geração em geração, são um exemplo notório do respeito ao ambiente e à biodiversidade local (Vasconcelos *et al.* 2017). Suas festas e celebrações, como as festas de colheita, representam a gratidão pelos frutos que a terra oferece e reafirmam a importância de manter a harmonia com a natureza.

Já as comunidades das águas, que habitam as margens dos rios e lagos, têm uma relação íntima com os cursos d'água que sustentam sua subsistência e modo de vida. A pesca e o uso sustentável dos recursos aquáticos são parte essencial de sua cultura e economia, e o rio é mais do que uma fonte de alimento, é uma via de transporte e um elemento central em suas tradições culturais e religiosas (Caldart, 2002).

Por sua vez, as comunidades das florestas abrigam conhecimentos tradicionais valiosos sobre as plantas medicinais, a flora e a fauna local. Seus rituais e mitos estão intimamente relacionados com a proteção e a preservação da floresta, que é considerada sagrada. A caça e a coleta são atividades que fazem parte da subsistência dessas comunidades, e a sabedoria ancestral é um tesouro que deve ser respeitado e valorizado (Caldart, 2002).

O reconhecimento dessas distintas culturas presentes nas comunidades do campo, das águas e das florestas é fundamental para a promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural amazônica. A abordagem educacional deve partir do pressuposto de que cada grupo possui suas próprias tradições, crenças e formas de conhecimento, e que essas contribuições são igualmente importantes para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Vasconcelos *et al.* 2017).

Ao levar em conta a riqueza cultural dessas comunidades, a educação pode se tornar uma ferramenta poderosa para o empoderamento das populações locais, permitindo que elas se reconheçam como agentes ativos na preservação de sua história e de suas práticas ancestrais. Além disso, uma educação sensível à diversidade cultural possibilita uma maior compreensão das dinâmicas sociais e ambientais da Amazônia paraense, contribuindo para a

construção de soluções mais adequadas e contextualizadas para os desafios enfrentados por essas comunidades.

2.1 Valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante da educação dos povos e comunidades do campo

A valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais são fundamentais na construção de uma educação enraizada na identidade e na cultura dos povos do campo, das águas e das florestas da Amazônia Paraense. Ao reconhecer e incorporar esses saberes ancestrais ao sistema educacional, abre-se um caminho para uma aprendizagem significativa, fortalecedora e alinhada com as realidades vivenciadas por essas comunidades.

Os conhecimentos tradicionais são fruto de séculos de convivência harmoniosa com a natureza e de adaptação às condições específicas de cada ambiente. Eles englobam um vasto leque de saberes, que vão desde técnicas agrícolas sustentáveis, passando pela utilização de plantas medicinais e pela compreensão do ciclo das águas, até as habilidades artísticas e os rituais culturais que permeiam a vida dessas comunidades (Vasconcelos *et al.* 2017).

Ao valorizar esses conhecimentos, a educação reconhece a expertise adquirida através de uma conexão profunda com o território e com as tradições familiares, valorizando a sabedoria acumulada ao longo de gerações. Essa abordagem educa para a vida, oferecendo ferramentas práticas e significativas para a sobrevivência e o florescimento desses povos em seus ecossistemas únicos.

A integração dos conhecimentos tradicionais no currículo escolar promove a autoestima e o orgulho cultural, resgatando a autoconfiança e a autoafirmação dos jovens, que passam a se enxergar como detentores de um legado valioso. Essa valorização também ressalta a relevância das figuras dos mais velhos e dos líderes comunitários, que se tornam fontes de inspiração e referência para as novas gerações (Vasconcelos *et al.* 2017).

Além disso, a valorização dos conhecimentos ancestrais na educação permite o diálogo intergeracional, fortalecendo a coesão social e o respeito pelos mais velhos. A transmissão oral desses saberes torna-se uma ponte para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, enraizando as tradições no presente e no futuro.

Outro ponto de destaque é a sustentabilidade ambiental. Os conhecimentos tradicionais frequentemente são fundamentados em uma relação de respeito e harmonia com a natureza, promovendo práticas ecológicas e a preservação dos recursos naturais. Ao

integrar esses saberes no ensino, estimula-se uma consciência ecológica mais profunda e uma compreensão dos impactos das ações humanas no ambiente.

Contudo, para efetivamente valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais na educação, é necessário superar desafios como o preconceito e a marginalização que historicamente afetaram essas culturas. A criação de ambientes educacionais inclusivos, que acolham e respeitem a diversidade cultural, é essencial para que esses saberes sejam reconhecidos e legitimados como parte integrante do processo educacional.

2.2 Inclusão dos saberes culturais na educação para os amazônidas

A inclusão dos saberes culturais no currículo da educação do campo, representa um pilar fundamental para enriquecer e tornar mais significativa a educação dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas da região paraense. Ao incorporar os conhecimentos tradicionais, práticas ancestrais e valores culturais dessas comunidades no ambiente educacional, é possível construir uma abordagem pedagógica mais autêntica, relevante e alinhada com suas realidades, aspirações e desafios.

Um dos principais benefícios da inclusão dos saberes culturais é a promoção de uma educação contextualizada e significativa. Ao utilizar exemplos e casos que façam parte do cotidiano dessas comunidades, os estudantes se sentem mais envolvidos e conectados com o conteúdo, uma vez que percebem sua aplicabilidade direta em suas vidas. Aprender sobre suas próprias tradições e histórias enriquece a vivência educacional, criando um ambiente estimulante que valoriza suas identidades culturais (Vasconcelos *et al.* 2017).

Além disso, a inclusão dos saberes culturais contribui para a formação integral dos indivíduos, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social e espiritual. A educação que respeita e valoriza a cultura local favorece o desenvolvimento de uma autoestima positiva e de uma consciência identitária, essenciais para o fortalecimento da autoconfiança e da identidade étnica dos amazônidas. Isso permite que os estudantes tenham orgulho de suas origens e se sintam pertencentes a uma comunidade culturalmente rica e diversa (Vasconcelos *et al.* 2017).

Além disso, a inclusão dos saberes culturais também é uma forma de combater a invisibilidade e o apagamento das culturas tradicionais. Muitas vezes, essas comunidades foram historicamente marginalizadas e desvalorizadas, e a educação se apresenta como um espaço propício para resgatar e preservar suas narrativas, tradições e sabedorias. Essa

abordagem inclusiva cria um ambiente de respeito mútuo, onde as diferenças culturais são valorizadas e celebradas, promovendo a tolerância e o diálogo intercultural (Vasconcelos et al. 2017).

Por fim, a inclusão dos saberes culturais na educação para os amazônidas não apenas fortalece a identidade cultural dessas comunidades, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente. Essa abordagem educacional representa um passo significativo para a valorização da diversidade cultural, para o empoderamento desses povos e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia paraense.

3 Críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo

As comunidades do campo, das águas e das florestas da Amazônia paraense têm sido frequentemente confrontadas com um modelo de currículo educacional padronizado, que muitas vezes se mostra inadequado e distante de suas realidades e necessidades específicas. Esse currículo imposto ao campo é uma herança de uma visão educacional centralizada e homogeneizadora, que desconsidera as particularidades culturais e ambientais da região, negligenciando a riqueza dos saberes tradicionais e as formas de conhecimento construídas ao longo de gerações.

Uma das principais críticas ao modelo de currículo imposto é a falta de contextualização com a vida e a cultura das comunidades rurais. Neste contexto, o termo "currículo padrão" refere-se ao conjunto de diretrizes educacionais predefinidas, muitas vezes estabelecidas em níveis mais amplos, como nacional ou estadual (Silva, 2020). Esse modelo curricular tende a privilegiar conteúdos que não apresentam uma correlação direta com a vivência, a cultura e o ambiente das comunidades rurais da Amazônia paraense. Frequentemente, há uma desconexão entre o ensino formal oferecido e as práticas de vida cotidiana dos povos amazônicos. Essa falta de alinhamento contribui para o desinteresse dos estudantes e a percepção de que a educação formal tem limitada aplicabilidade em seu contexto real.

Outro ponto crítico é a ausência de uma abordagem pedagógica que leve em conta as especificidades do meio rural e a importância da preservação ambiental. O currículo imposto muitas vezes não aborda questões relacionadas à ecologia local, à sustentabilidade e à conservação dos recursos naturais, que são fundamentais para a sobrevivência e bem-estar dessas comunidades. Essa lacuna na educação formal pode impactar negativamente a

conscientização ambiental dos estudantes e, conseqüentemente, a preservação dos ecossistemas da Amazônia paraense (Vasconcelos *et al.* 2017).

Outra crítica relevante é a falta de investimento em infraestrutura e recursos educacionais adequados para as escolas do campo. Ao longo da história, as comunidades amazônicas paraenses têm encarado uma série de desafios significativos no âmbito da educação, como dito anteriormente sobre a região ao longo da Rodovia Transamazônica-Xingu, onde comunidades enfrentam obstáculos como a falta de acesso a recursos educacionais e a carência de infraestrutura adequada nas escolas rurais. Além disso, a escassez de investimentos compromete diretamente a qualidade do ensino, afetando a disponibilidade de materiais didáticos, tecnologias educacionais e instalações apropriadas. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de ações que promovam a equidade educacional e melhorem as condições de aprendizado nessas comunidades.

3.1 Problemas e conseqüências da imposição de um currículo descontextualizado

A imposição de um currículo descontextualizado nas comunidades do campo da Amazônia Paraense gera uma série de problemas e conseqüências que afetam diretamente a qualidade e a eficácia da educação oferecida. Um dos principais problemas é a falta de motivação dos estudantes, que se sentem pouco engajados com os conteúdos apresentados. A desconexão entre o currículo e a realidade vivenciada pelos amazônidas torna o ensino pouco atrativo e relevante para suas vidas, levando a altos índices de evasão escolar e baixo desempenho acadêmico (Vasconcelos *et al.* 2017).

Uma educação que respeite a cultura e o modo de vida do campo é de suma importância para garantir uma aprendizagem significativa, inclusiva e alinhada com as realidades locais. Essa abordagem educacional busca reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ao fazer isso, ela empodera os estudantes ao reconhecer a riqueza de suas identidades culturais, permitindo que eles se vejam como protagonistas de sua própria formação (Freire, 1996).

Como ressalta Freire (1996), a educação contextualizada também é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo. Ao levar em consideração as especificidades ambientais da Amazônia paraense e a forma como essas populações interagem com a natureza, a educação pode fomentar uma consciência ecológica

mais profunda e estimular práticas de preservação ambiental. Dessa forma, os estudantes são incentivados a se tornarem agentes ativos na proteção dos recursos naturais e na construção de um futuro mais sustentável.

Além disso, uma educação que respeita a cultura e o modo de vida do campo promove a inclusão social e combate à desigualdade. Ao reconhecer e valorizar os saberes locais, a escola abre espaço para a diversidade cultural e para a participação ativa das comunidades do campo no processo educativo. Essa abordagem inclusiva permite que as vozes e perspectivas dos amazônidas sejam ouvidas, garantindo a representatividade e a valorização de suas identidades culturais.

Por conseguinte, uma educação que respeita a cultura e o modo de vida do campo contribui para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes de seu papel na sociedade. Ao integrar os conhecimentos tradicionais ao currículo, a escola incentiva o pensamento crítico, a capacidade de análise e a compreensão das dinâmicas sociais e ambientais. Essa formação ampla e holística permite que os estudantes se tornem agentes transformadores em suas comunidades, capazes de enfrentar os desafios e construir soluções adequadas às suas realidades.

4 Avanços através da luta dos movimentos sociais

A busca por uma educação mais alinhada às necessidades dos povos do campo na Amazônia Paraense tem sido impulsionada por movimentos sociais comprometidos com a valorização dos saberes locais. Paulo Freire (1996), um dos grandes pensadores da educação popular, enfatiza a importância de uma educação que dialogue com a realidade dos estudantes e valorize seus conhecimentos. Ele defende a construção conjunta do conhecimento, onde educadores e educandos aprendem juntos, em um processo de troca e reflexão. Nesse sentido, a educação para os povos e comunidades do campo precisa partir do reconhecimento dos saberes locais como ponto de partida para o aprendizado, como afirma Freire, não se pode falar da educação dos camponeses, mas com os camponeses (1996, p. 43).

Esses esforços buscam transcender o modelo de currículo imposto, promovendo uma abordagem pedagógica contextualizada e emancipatória. Os movimentos sociais têm papel crucial na promoção de uma educação que respeite a cultura e o modo de vida das comunidades rurais, oferecendo alternativas para uma formação mais significativa (Ribeiro;

Nogueira, 2023). Ainda de acordo com os autores ao adotar uma perspectiva ancorada nos saberes locais, a educação torna-se mais contextualizada e próxima da realidade dos estudantes, onde os conhecimentos tradicionais e práticas ancestrais das comunidades rurais, seja na agricultura, pesca, manejo sustentável dos recursos naturais ou nas formas de organização social, constituem um rico acervo de sabedoria a ser reconhecido e integrado ao processo educacional.

Ao considerar os saberes locais como ponto de partida, a educação deixa de ser um processo unidirecional, em que o conhecimento é transmitido de forma autoritária e descontextualizada, para se tornar uma construção coletiva, onde professores e alunos aprendem juntos, trocam experiências e compartilham conhecimentos. Essa abordagem valoriza as identidades culturais dos povos do campo, promove o respeito à diversidade e cria um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e democrático (Freire, 1996).

Além disso, ao utilizar os saberes locais como base, os estudantes se sentem mais motivados e engajados no processo educacional, uma vez que percebem a relevância do que estão aprendendo para suas vidas e comunidades. Isso contribui para a construção de uma educação crítica, que estimula a reflexão sobre a realidade e o papel de cada indivíduo como agente de transformação social (Arroyo, 2005, p.123).

Entretanto, é importante destacar que reconhecer os saberes locais não significa desprezar o conhecimento científico e acadêmico. Pelo contrário, a integração desses diferentes tipos de conhecimento pode enriquecer ainda mais a educação dos povos do campo, possibilitando uma visão mais abrangente e complexa da realidade.

Para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental que os educadores estejam abertos ao diálogo e à escuta atenta das comunidades, conhecendo suas realidades e necessidades específicas. Os currículos e práticas pedagógicas devem ser adaptados de forma a respeitar as particularidades de cada contexto e a garantir o protagonismo dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem.

Martins (2009) destaca a importância de uma educação que leve em conta a cultura e a identidade dos povos e comunidades do campo. Em seus estudos sobre a educação do campo, ela ressalta a necessidade de uma abordagem pedagógica que dialogue com as tradições culturais e valorize os conhecimentos transmitidos de geração em geração, destacando que "a escola precisa estar pautada no respeito e no reconhecimento da identidade e das tradições camponesas" (Martins, 2009, p.14).

Outro nome relevante nessa discussão é Hage (2011), que defende uma educação que considere as particularidades do campo e da floresta:

A afirmação de que a educação deve ser vista como um processo de construção permanente que valoriza a cultura e o saber popular, ressalta a importância de uma educação dinâmica, em constante diálogo com as realidades locais e as tradições culturais das populações do campo e da floresta. Nessa abordagem, o conhecimento não é visto como algo estático e imutável, mas sim como uma construção coletiva, que se alimenta da diversidade de experiências e saberes presentes nessas comunidades. (HAGE, 2011, p. 43).

Ao valorizar a cultura e o saber popular, a educação se torna mais inclusiva e abrangente, reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais na formação dos indivíduos e na preservação das culturas locais. A escola deixa de ser um espaço de imposição de conhecimentos distantes da realidade dos estudantes para se tornar um ambiente de troca, aprendizado mútuo e respeito às diferenças.

Além disso, essa abordagem também reconhece a importância do meio ambiente e da sustentabilidade na educação para os povos do campo e da floresta. A valorização dos saberes locais, muitas vezes relacionados à preservação da natureza e ao manejo sustentável dos recursos, contribui para o fortalecimento das práticas de conservação ambiental e para a conscientização sobre a importância da biodiversidade e do equilíbrio ecológico.

A visão de Hage (2011) também destaca a relevância da escola como agente de desenvolvimento das comunidades do campo. Uma educação que respeita a identidade cultural e as necessidades locais pode ser uma ferramenta poderosa para empoderar os moradores do campo e da floresta, capacitando-os para enfrentar os desafios da vida rural de forma mais autônoma e sustentável. A escola se torna, assim, um espaço de empoderamento e de promoção da cidadania, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros coletivos engajados na luta pela educação do campo, têm sido protagonistas na busca por uma educação mais adequada para os amazônidas rurais. Eles têm promovido a formação de educadores comprometidos com uma pedagogia mais inclusiva e sensível às demandas locais, como aponta Arroyo, os movimentos sociais e sindicais têm sido o grande sustentáculo para formar e fortalecer educadores comprometidos com a luta popular (2005, p. 12). Esses movimentos têm lutado por iniciativas como a criação da Licenciatura em

Educação do Campo, que busca formar educadores com um olhar atento para as questões rurais e com a capacidade de dialogar com as realidades específicas das comunidades do campo, das águas e das florestas.

Frigotto (2004, p. 87) destaca que a educação do campo deve ser pensada em uma perspectiva crítica e transformadora, como parte de uma luta mais ampla por justiça social. Enfatiza que a educação do campo não é apenas uma questão educacional, mas uma questão política e ideológica. Destaca ainda que, a forma como a educação é concebida, estruturada e implementada nas comunidades do campo tem implicações diretas na dinâmica de poder e nas relações sociais presentes na sociedade. A educação do campo não é um processo neutro, carregando consigo interesses e valores que refletem a disputa de projetos políticos e ideológicos. A luta por uma educação do campo adequada é, portanto, uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A perspectiva crítica e transformadora da educação do campo proposta por Frigotto (2004) chama a atenção para a necessidade de ir além do mero repasse de conhecimentos e habilidades técnicas. Trata-se de uma abordagem educacional que busca desenvolver a consciência crítica dos estudantes, capacitando-os a compreender e questionar as estruturas sociais, econômicas e políticas que influenciam suas vidas. Dessa forma, a educação do campo torna-se um instrumento de empoderamento das comunidades rurais, permitindo que elas se tornem protagonistas na busca por mudanças e transformações em suas realidades.

A ênfase na dimensão ideológica da educação do campo destaca que o processo educacional é permeado por valores, ideias e crenças que refletem a visão de mundo de determinados grupos e classes sociais. Isso significa que a educação do campo pode ser usada tanto para reproduzir e reforçar relações de dominação e opressão, quanto para promover a conscientização e a resistência das comunidades rurais. Nesse contexto, a luta por uma educação do campo justa e emancipatória envolve a disputa de diferentes concepções de educação e a busca por uma prática educativa que seja comprometida com os interesses e necessidades das comunidades rurais.

Os movimentos sociais têm sido essenciais na construção dessa perspectiva crítica e na promoção de uma educação mais adequada para os povos do campo na Amazônia paraense. Sua luta tem contribuído para valorizar os saberes culturais e tradicionais, para romper com a imposição de um currículo descontextualizado e para construir uma educação

mais inclusiva, emancipatória e comprometida com as demandas e aspirações das comunidades do campo.

4.1 Características e particularidades da região amazônica paraense em relação à educação do campo

A regionalização da discussão para a Amazônia Paraense é de extrema importância quando se trata da educação do campo, pois a região possui características e particularidades únicas que influenciam diretamente as demandas e desafios enfrentados pelas comunidades rurais. Compreender as especificidades da Amazônia paraense é essencial para garantir uma abordagem educacional mais contextualizada e efetiva, que valorize a cultura, os saberes tradicionais e as necessidades desses povos (Vasconcelos *et al.* 2017).

Uma das principais características da Amazônia Paraense é a sua imensa extensão territorial, abrangendo áreas remotas e de difícil acesso. Isso representa um desafio logístico para a oferta de educação de qualidade, uma vez que muitas comunidades rurais estão distantes dos centros urbanos e enfrentam limitações de infraestrutura. A regionalização da discussão permite identificar as áreas mais carentes de serviços educacionais e direcionar esforços para garantir o acesso equitativo à educação em toda a região.

Outra particularidade da Amazônia Paraense é a sua rica diversidade cultural e étnica. A região abriga uma multiplicidade de povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, cada uma com suas próprias línguas, tradições e modos de vida. A regionalização da discussão permite reconhecer essa diversidade e valorizar os saberes ancestrais presentes em cada grupo étnico, contribuindo para a preservação da identidade cultural dessas comunidades.

Além disso, a Amazônia Paraense é conhecida por sua exuberante biodiversidade e riqueza ambiental. A educação do campo nessa região deve enfatizar a importância da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais, conscientizando os estudantes sobre a relevância da conservação dos ecossistemas locais para o equilíbrio ecológico global.

A regionalização da discussão permite abordar questões ambientais específicas da Amazônia paraense, como o desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais e as mudanças climáticas, capacitando os estudantes a serem agentes ativos na proteção do meio ambiente. Outro aspecto a ser considerado é a relação simbiótica entre as comunidades rurais e a floresta. A educação do campo na Amazônia paraense deve incentivar uma visão holística do ambiente, onde as práticas agrícolas

Educação do Campo, das Águas e das Florestas na Amazônia Paraense: perspectivas e desafios para uma educação contextualizada e emancipatória

sustentáveis e a convivência harmoniosa com a natureza são valorizadas (Vasconcelos *et al.* 2017).

A regionalização da discussão permite que a educação se concentre em soluções e estratégias específicas para a convivência com os recursos naturais locais, proporcionando uma educação mais relevante e aplicável à realidade das comunidades do campo.

É importante destacar que a regionalização da discussão também possibilita uma maior participação das comunidades locais na definição das políticas educacionais. O envolvimento ativo das lideranças comunitárias, dos educadores e dos estudantes na tomada de decisões sobre a educação do campo permite que as políticas sejam mais alinhadas com as necessidades reais das comunidades e com sua visão de desenvolvimento sustentável.

A importância de adaptar as abordagens educacionais para as necessidades específicas da região amazônica paraense não pode ser subestimada. Cada comunidade do campo, das águas e das florestas possui suas particularidades culturais, ambientais e sociais, o que demanda uma educação que esteja alinhada com suas realidades e necessidades. Ao adaptar as abordagens educacionais, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, inclusivo e relevante para os estudantes, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e os saberes tradicionais presentes na região (Arroyo, 2005).

A regionalização das abordagens educacionais implica em levar em consideração o contexto local ao desenvolver os currículos e práticas pedagógicas (Freire, 1996). Isso pode incluir a incorporação de exemplos e estudos de caso que sejam relevantes para a realidade amazônica paraense, a valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais presentes nas comunidades, e a promoção de temas relacionados à sustentabilidade ambiental e à conservação dos recursos naturais. Dessa forma, os estudantes se sentirão mais conectados com os conteúdos abordados, percebendo a importância do que estão aprendendo em suas vidas diárias.

Adaptar as abordagens educacionais também envolve reconhecer e valorizar as múltiplas formas de conhecimento presentes na região amazônica paraense. A educação do campo não deve se limitar apenas aos saberes acadêmicos formais, mas também deve incluir os conhecimentos tradicionais transmitidos oralmente pelas gerações mais velhas, as práticas sustentáveis desenvolvidas ao longo do tempo, e a sabedoria acumulada pelas comunidades rurais em suas interações com a natureza. Essa abordagem mais abrangente enriquece a

educação dos amazônidas paraenses, permitindo que eles tenham uma visão mais completa e holística do mundo ao seu redor (Vasconcelos et al. 2017).

A educação no contexto do campo, especialmente na região amazônica paraense, é um campo vasto e desafiador que demanda abordagens pedagógicas sensíveis e inclusivas. Autores como Arroyo (2017, p. 12), destacam a importância de considerar as diversidades presentes nos sujeitos educacionais. O autor propõe repensar a educação, promovendo práticas inclusivas e sensíveis à pluralidade cultural.

A experiência do Programa Residência Agrária, conforme discutido por Molina et al. (2009, p. 23), destaca a importância da formação profissional no contexto do campo. Essa iniciativa evidencia a relevância de práticas educacionais alinhadas às necessidades específicas das comunidades do campo. Outro contributo significativo para a reflexão sobre a educação no campo é apresentado por Antunes-Rocha; Hage (2013, p. 20), pois defendem uma abordagem dinâmica e adaptativa, reconhecendo a escola como um agente crucial no desenvolvimento das comunidades do campo.

Caldart et al. (2012) destaca que o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização dos saberes locais são fundamentais para uma educação contextualizada em ambientes do campo. Não se trata apenas de incluir aspectos culturais no currículo, mas de uma transformação mais profunda na prática educacional.

A diversidade cultural é vista como um princípio orientador, permeando todo o processo educativo. Valorizar os saberes locais implica integrar de forma significativa os conhecimentos das comunidades rurais ao ensino, proporcionando uma educação autêntica e relevante. Assim, a perspectiva proposta estimula a reavaliação não apenas do conteúdo, mas também das práticas pedagógicas e da estrutura curricular, buscando uma educação alinhada às necessidades específicas das comunidades do campo.

5 Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploramos a relevância da educação **contextualizada e emancipatória**, para os povos do campo, das águas e das florestas na Amazônia paraense. Nossa discussão enfatizou a importância de reconhecer e valorizar os saberes locais como ponto de partida para o aprendizado dessas comunidades. Nessa perspectiva, abraçamos a visão de educadores como Paulo Freire (1996) e Salomão Hage (2011), que defendem uma

educação que respeite a diversidade cultural, considere as particularidades do campo, das águas e da floresta, e promova o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

A partir do respeito à diversidade cultural, podemos construir uma educação contextualizada e emancipatória, que reconheça e valorize as práticas tradicionais, o conhecimento ancestral e a identidade cultural dos povos amazônidas. Ao adotar uma abordagem pedagógica que parta dos saberes locais, a escola se torna um espaço de diálogo e aprendizado mútuo, onde professores e alunos compartilham experiências e constroem conhecimento juntos.

Contudo, ao longo da análise, abordamos críticas ao modelo vigente de currículo imposto ao campo, evidenciando sua propensão a alienar os estudantes de suas realidades e a contribuir para a marginalização de suas culturas. Nesse contexto, reforçamos a importância de repensar a educação formal, destacando a essencial necessidade de garantir que os conteúdos programáticos sejam não apenas pertinentes, mas também conectados de maneira intrínseca com as vivências e interesses das comunidades do campo. A discussão dessas questões ao longo do artigo busca não apenas problematizar a situação educacional, mas também apontar caminhos e possibilidades que promovam uma educação autêntica e alinhada às particularidades culturais das comunidades abordadas na Amazônia Paraense.

Reconhecemos os avanços conquistados, através da luta dos movimentos sociais, especialmente dos Sem-terra, que têm sido fundamentais na busca por uma educação contextualizada e emancipatória para os povos do campo na Amazônia Paraense. A criação da Licenciatura em Educação do Campo é um exemplo significativo de como a mobilização social pode gerar mudanças positivas na educação, possibilitando a formação de professores mais sensíveis e engajados com a realidade dos estudantes.

Regionalizamos a discussão entendendo que a Amazônia Paraense apresenta particularidades que merecem atenção especial na formulação de políticas educacionais que valorize a identidade cultural da região, enfatizando a importância de uma educação que se conecte com as comunidades e suas tradições.

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Autêntica, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por Uma Educação do Campo**. Editora Liber Livro, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

CALDART, Roseli Salete et al. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 257-265, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo**: Traços de Uma Identidade em Construção. Atlas. 2002.

MOLINA, Monica Castagna et al. **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2009.

RIBEIRO, Diana da Silva; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Educação do campo: movimento e resistência. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, p. e15262-e15262, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Editora Cortez. 2004.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, v. 2, 2011.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Educação do Campo: Textos de Apoio para Gestores Municipais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra. Fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular: diretrizes centrais. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira et al. Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Sobre os autores

Ronaldo dos Santos Leonel

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (PPGEECA-UEPA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: ronaldoleonelatm@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0475-4905>

Educação do Campo, das Águas e das Florestas na Amazônia Paraense: perspectivas e desafios para uma educação contextualizada e emancipatória

Andréia de Oliveira Castro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (PPGEECA-UEPA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: andreiaprincesa8@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8340-4657>

Jacirene Vasconcelos de Albuquerque

Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/REAMEC). Docente da Universidade do Estado do Pará – UEPA
E-mail: jacirene@uepa.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1884-1812>

Recebido em: 23/08/2023

Aceito para publicação em: 30/12/2023